

**A. I. Nº** - 232856.0014/06-6  
**AUTUADO** - COMERCIAL DE MATERAIAS DE CONSTRUÇÃO M M LTDA.  
**AUTUANTE** - FLÁVIO DO PRADO FRANCO JÚNIOR  
**ORIGEM** - INFRAZ JEQUIÉ  
**INTERNET** - 22. 12. 2006

#### **4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF Nº 0401-04/06**

**EMENTA:** ICMS. SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Infração parcialmente caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração, lavrado em 31/08/2006, reclama ICMS no valor de R\$980,99, decorrente de recolhimento a menos do ICMS, na condição de empresa de pequeno porte, enquadrada no regime simplificado de apuração do imposto – SIMBAHIA.

O autuado, às fls. 10/12, impugnou o lançamento tributário alegando que não iniciou suas atividades comerciais, em nenhum momento não houve entrada e saídas de mercadorias, o que isenta-o do recolhimento do ICMS, na condição de Empresa de Pequeno Porte, conforme DME's.

Argumenta que o pagamento mínimo do ICMS para EPP é de R\$ 270,00, considerando todos os seus estabelecimentos, bem como a participação de titular ou sócio no capital social de outra empresa de mesma condição cadastral, art. 387-A, parágrafo único, inciso II, do RICMS/97. Salienta que os sócios participantes desta empresa autuada, tem participação em outras empresas, e a condição de pagamento também é SimBahia EPP, tendo as mesmas efetuado recolhimento de ICMS superior ao valor de R\$ 270,00 no período autuado, conforme cópia da Denúncia Espontânea.

O autuante, às fls. 19/20, salienta que segundo o Parecer opinativo da GEMIP não há porque exigir-se recolhimento do ICMS baseado na receita bruta presumida, se a empresa efetivamente não estava em atividade no período considerado, inexistindo, nesse caso, a ocorrência de qualquer fato gerador que justifique a cobrança do imposto. Entretanto, o contribuinte deveria apresentar prova inequívoca da sua inatividade no referido período e, se ratificado pela Inspetoria Fazendária da sua circunscrição poderia solicitar a dispensa do pagamento do ICMS. Sendo assim, como não foi solicitado a inspetoria o contribuinte não tem direito ao referido benefício. Em relação a Denúncia Espontânea acostada pelo autuado, salienta que a mesma é a partir do mês de abril, enquanto a autuação refere-se aos meses de janeiro, fevereiro, março e junho. Assim, o valor referente ao mês de junho deve ser excluído da autuação, reduzindo o débito do imposto para R\$ 748,39.

O autuado recebeu cópia da informação fiscal, porém, não se manifestou.

#### **VOTO**

Na presente ação fiscal foi exigido ICMS, pela falta de recolhimento do imposto devido, nos prazos regulamentares, na condição de Empresa de Pequeno Porte – SIMBAHIA.

O autuado alegou que não iniciou a atividade comercial, porém não comprovou tal alegação. Entretanto, comprovou o recolhimento, mediante denúncia espontânea, a partir do mês de abril de 2005. Assim, entendo que a infração restou parcialmente caracterizada, no valor de R\$748,39, sendo excluído o valor referente ao mês de junho de 2006.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL da autuação.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração **nº 232856.0014/06-6**, lavrado contra **COMERCIAL DE MATERAIAS DE CONSTRUÇÃO M M LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor **R\$748,39**, acrescido da multa de 50%, prevista no art, 42, I, “b”, item 3, da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de dezembro de 2006.

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – PRESIDENTE/RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS DE CARVALHO – JULGADORA

MARCO AURÉLIO DE ANDRADE SOUZA - JULGADOR